

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO 1

Região 5

Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do
Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova
de Minas, Paineiras e Martinho Campos

julho a setembro / 2023

Relatório Trimestral Finalístico 1

Região 5 - julho a setembro /2023

Instituto Guaicuy

Diretoria

Diretoria Executiva:

José de Castro Procópio

Diretoria Institucional:

Marcus Vinicius Polignano

Diretoria Técnica:

Carla Wstane de Souza
Moreira

Gerências

Gerência

Organizacional:

Marcus Vinícius
Ferreira Evaristo

Gerência de Portfólio:

Júlia de Carvalho
Nascimento

Assessorias

Assessoria Projetos de Mitigação

Paula de Sousa
Constante

Assessoria de Participação Informada e PCTs

Frederico Magalhães
Siman

Assessoria de Projetos Internos

Higor Gomes Pereira

Assessoria de Projetos Socioeconômicos

Júlia Guimarães
Barbosa

Assessoria de Relacionamento Institucional

Paula Márcia Oliveira

Assessoria de Reparação

Fernanda Márcia
Carlos de Oliveira

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Thiago de Azevedo
Morais

Instituto Guaicuy, 2023

Endereço: Rua Brasópolis, 109 – Floresta, Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: outubro/2023

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do MPMG
DPMG	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
DPU	Defensoria Pública da União
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
EY	Ernst & Young Global Limited
FGV	Fundação Getulio Vargas
GT	Grupo de Trabalho
IJs	Instituições de Justiça
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PRSABP	Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba
PTR	Programa de Transferência de Renda
SIGDA	Sistema de Gestão de Demandas de Atingidos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	8
2.1 ATUALIZAÇÕES SOBRE O PLANO DE TRABALHO ENTREGUE EM SETEMBRO DE 2023	8
2.2 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	13
2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	15
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE	17
3.1 CONTEXTO POLÍTICO	17
3.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL	19
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL	22
4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE	22
4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS	23
Reuniões programadas de comissões:	23
Homologação da Entidade Gestora do Anexo 1.1:	24
Acesso ao PTR:	24
Visitas domiciliares:	25
5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO	26
5.1. ANEXO 1.1	27
5.2. ANEXO 1.3	32
5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	35
5.4. RECONHECIMENTO	41
5.5. ANEXO 1.2	43
5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	47
5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	51
6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS	64

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à prestação de contas finalística e financeira das atividades de assessoria técnica independente realizadas pelo Instituto Guaicuy, no período de julho a setembro de 2023, às populações atingidas da Região 5 (municípios de Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos).

A referida entrega cumpre o estabelecido na Cláusula Sétima (Da prestação de contas e informações) do [Termo de Compromisso](#) para Assessoria Técnica Independente no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A /Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas Independentes e a CAMF/Lataci.

Este relatório tem como base o [Plano de Trabalho](#) elaborado pelo Instituto Guaicuy entre os meses de julho e setembro de 2023, período previsto nos itens 2.2 da Cláusula Segunda (Prazo de Execução e Planos de Trabalho) do Termo de Compromisso referenciado acima, que definiu o prazo de 60 dias para que as ATIs apresentassem Planos de Trabalho detalhando o cumprimento das atividades a serem desenvolvidas; e 2.3, que determinou que as Instituições de Justiça, com o auxílio da CAMF, têm o prazo de 30 dias para avaliar os Planos de Trabalho e, caso sejam solicitadas modificações, as ATIs possuem até 30 dias para fazê-las. Nesse sentido, cabe ressaltar que, devido aos prazos estabelecidos, o presente relatório procura cumprir a entrega do produto que comprova a realização das atividades finalísticas e a execução financeira para o período, apesar de se referir ao Plano de Trabalho que teve sua execução iniciada durante a sua elaboração e que ainda não foi aprovado pelas IJs.

Sendo assim, a prestação de contas do terceiro trimestre de 2023 será realizada com base no Termo de Compromisso e no Plano de Trabalho entregue às IJs e CAMF em setembro de 2023, apresentando dados referentes ao monitoramento das atividades com pessoas atingidas; monitoramento das atividades do Plano de Trabalho e monitoramento da execução financeira por rubrica. Ressalta-se que, de acordo com o Plano apresentado, não foi prevista entrega de produtos finalísticos neste trimestre e,

portanto, o acompanhamento das entregas e a aferição intermediária dos indicadores não compõem o escopo deste documento.

Este relatório foi organizado para possibilitar o entendimento do modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades realizado pelo Guaicuy. Haverá uma contextualização política e institucional do trimestre e depois será apresentado o contexto do território e a descrição da execução das atividades por eixo/objetivo específico. A prestação de contas financeira será apresentada no eixo de estrutura organizacional. Por fim, haverá uma conclusão destacando as principais questões do terceiro trimestre.

Dessa maneira, pretende-se cumprir uma etapa primordial do trabalho do Instituto Guaicuy enquanto ATI da região 5 do Paraopeba que é prestar contas e dar transparência ao que foi executado no período. Assim que aprovado, este documento será publicizado para todos atores do processo, principalmente, para as pessoas atingidas.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de descrever como ocorreu o monitoramento e acompanhamento das atividades e como será a prestação de contas finalística do terceiro trimestre de 2023. Essa descrição será apresentada em três seções: a primeira, que apresenta as principais mudanças no Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023 em relação ao Plano de novembro de 2022, explicitando como elas influenciaram na prestação de contas finalística; a segunda, que descreve os processos e instrumentos utilizados para o acompanhamento, registro e a geração de evidências das atividades; e a terceira, que informa como será a apresentação das evidências das atividades no presente relatório finalístico.

2.1 ATUALIZAÇÕES SOBRE O PLANO DE TRABALHO ENTREGUE EM SETEMBRO DE 2023

Conforme contextualizado no capítulo anterior, o presente relatório tem como objetivo prestar contas finalística e financeira das atividades realizadas no terceiro trimestre de 2023, período no qual o novo Plano de Trabalho - ao qual se refere este relatório - estava também em elaboração. Dessa forma, entende-se que algumas adequações foram necessárias para contemplar as mudanças e atualizações apresentadas no novo Plano de Trabalho sem que a continuidade das atividades da ATI junto às pessoas atingidas fosse comprometida.

A principal atualização refere-se aos objetivos específicos, ou seja, os eixos de atuação das ATIs, que, de acordo com determinação da CAMF/Lataci para o novo Plano de Trabalho, foram hierarquizados de modo a determinar a priorização das atividades das assessorias técnicas independentes, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Apresentação hierárquica dos eixos do Plano de Trabalho de setembro de 2023

OBJETIVO ESPECÍFICO/ EIXO	DESCRIÇÃO
Anexo 1.1	Construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial.
Anexo 1.3	Promover a participação informada e o controle social no Anexo 1.3/1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos PCTs.
Organização Social e Comunicação	Promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território.
Reconhecimento das Pessoas Atingidas	Viabilizar o reconhecimento e autorreconhecimento das pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação.
Anexo 1.2	Acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida.
Reparação Socioambiental	Promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território.
Estrutura Organizacional	Garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para possibilitar a continuidade da execução e do monitoramento das atividades e dos objetivos específicos durante o período de elaboração do novo Plano de Trabalho, foi necessário fazer uma correlação entre os eixos e as atividades do Plano de 2022 e de 2023. Primeiramente, foi feito um exercício de correspondência entre os objetivos específicos, que passaram de dez para sete, com uma redução do escopo do trabalho da ATI no que tange, principalmente, às situações emergenciais e, parcialmente, aos

estudos técnicos relacionados ao Acordo e ao Anexo 2. Em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais, que no Plano de Trabalho de 2022 era considerado um eixo de atuação, o Plano atual redistribuiu as atividades direcionadas a esse público nos demais objetivos específicos, a depender da pauta de cada uma delas. O quadro a seguir apresenta a correlação entre os eixos dos Planos de 2022 e 2023.

Quadro 2: Correlação entre os eixos dos dois Planos de Trabalho

EIXO - PLANO DE TRABALHO NOV./22	EIXO - PLANO DE TRABALHO SET./23
Participação Informada	Organização Social e Comunicação
Anexo 1.1	Anexo 1.1
Anexo 1.2	Anexo 1.2
Anexo 1.3	Anexo 1.3
Anexo 2	Reparação Socioambiental
Situações Emergenciais	Não se aplica ao novo escopo
Estudos Técnicos Relacionados ao Acordo	Reparação Socioambiental
Reconhecimento das pessoas atingidas	Reconhecimento das pessoas atingidas
Povos e Comunidades Tradicionais	A depender da pauta
Gestão	Estrutura Organizacional

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em relação às atividades, o exercício de correspondência entre os dois Planos de Trabalho foi necessário para que, durante o período de elaboração do novo Plano, as atividades que estavam em planejamento, em execução ou em processo de finalização não fossem interrompidas e nem tivessem a sua realização comprometida. Em relação ao quadro de correlação das atividades que será apresentado no seguinte [arquivo](#), destacam-se alguns pontos:

- a redução do escopo de trabalho da ATI e a possibilidade de revisão do planejamento resultaram na exclusão de algumas atividades - que estão sinalizadas como “excluído”;
- algumas atividades do novo Plano de Trabalho contemplam mais de uma atividade do Plano de 2022. O contrário também ocorre, ou seja, algumas

atividades de 2022 foram desmembradas em mais de uma atividade no Plano de 2023;

- não foi possível fazer a correlação entre algumas atividades pela necessidade de adequação do escopo de trabalho das ATIs - que estão sinalizadas como “n/a”;
- por apresentarem escopos diferentes, não coube realizar nenhum tipo de correspondência entre as evidências, produtos e indicadores apresentados nos dois Planos de Trabalho.

Em relação à metodologia de atuação no território - que diz respeito a como as atividades finalísticas serão executadas em campo - houve uma pequena atualização nas categorias de atividades com pessoas atingidas que serão apresentadas no quadro abaixo. Destaca-se que não coube realizar correspondência entre as categorias apresentadas nos dois Planos de Trabalho, pois as atividades já planejadas continuaram em execução durante o período que compõe o escopo deste relatório.

Quadro 3: Categorias de atividades com pessoas atingidas - Plano de Trabalho de setembro de 2023

CATEGORIA DE ATIVIDADE COM PESSOAS ATINGIDAS	DESCRIÇÃO	Escala da Atividade
Atividades especializadas de comunicação	Atividades voltadas para a produção de produtos de comunicação em diversos formatos e suportes. São realizadas pela equipe de Comunicação Social, tais como: cobertura textual e fotográfica de atividades e eventos, apuração para matérias jornalísticas para o site, jornal, podcasts e vídeos, distribuição do informativo trimestral Piracema, organização de projeções de documentários (Cine D'Água), produção e realização de entrevistas de profundidade com pessoas atingidas para vídeos retratos, documentários e outros produtos de comunicação.	Individual e familiar ou Coletiva
Acolhimento Psicossocial e/ou Acolhimento Sociojurídico	Escuta minuciosa e acolhedora no âmbito psicossocial, sócio-jurídico e de violação dos direitos humanos. Acontece sob demanda das pessoas atingidas. No âmbito psicossocial, visa identificar e proporcionar visibilidade às demandas das pessoas atingidas e possibilitar a redução de sofrimentos, objetivando a construção e/ou fortalecimento de laços com a rede de serviços de saúde e socioassistencial dos municípios. No âmbito sociojurídico, além de explicações sobre o processo de reparação, propicia esclarecimento detalhado e próximo da pessoa atingida, sanando dúvidas e incompreensões específicas da pessoa. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Individual e familiar

CATEGORIA DE ATIVIDADE COM PESSOAS ATINGIDAS	DESCRIÇÃO	Escala da Atividade
Acompanhamento de Atividades Externas	Acompanhamento das atividades realizadas por terceiros, não são propostas ou executadas pela equipe do Guaicuy. Acontecem por demanda externa (movimentos sociais, grupos auto-organizados, parlamentares, Cáritas, FGV, Vale S.A., EPA, Compromitentes, IJs, CAMF etc.). Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Fórum Regional	Reunião virtual de abordagem de temas específicos, focada em devolutivas, com caráter expositivo. Trata assuntos de impacto regional. Ocorre em modalidade virtual.	Coletiva
Atividades Formativas	Atividades coletivas formativas que apresentam dados e tratam de temas específicos de forma aprofundada e direcionada, com formatos diferentes de acordo com a demanda da(s) comunidade(s). Ocorrem em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Atividades Mobilizadoras	Atividades que tratam de temas gerais de acordo com a necessidade da atividade foco da mobilização ou por dúvida das pessoas atingidas, realizadas por meio de ligações telefônicas, relacionamento digital, plantão nas comunidades. Possibilitam a divulgação de informações gerais, mobilização das pessoas atingidas para temas específicos e solução de dúvidas simples. Também respondem pela atualização do processo. Ocorrem em modalidade virtual e presencial.	Individual e familiar ou coletiva
Visita Domiciliar	Atividade realizada individualmente na casa das pessoas atingidas. Tem como objetivo qualificar o entendimento de assuntos referentes ao Acordo Judicial. Ocorre em modalidade presencial.	Individual e familiar
Reunião Comunitária	Reuniões com as comunidades/coletividades atingidas. Têm caráter informativo e cumprem o papel de subsidiar a participação das pessoas atingidas nas comissões. Ocorrem em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Reunião de Comissão	Reunião de instância local do Sistema de Participação, interlocução legítima das pessoas atingidas com as Instituições de Justiça. Tem periodicidade mensal ou por demanda das pessoas atingidas. Pode ser composta por uma ou mais comunidades ou coletividades. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Encontro Regional de Comissões	Reunião da instância regional do Sistema de Participação. Tem periodicidade semestral ou conforme demanda das pessoas atingidas. É composta pelos representantes das comissões. Ocorre em modalidade virtual e presencial.	Coletiva
Reuniões de Bacia (inter-regional)	Reunião da instância inter-regional do Sistema de Participação. Periodicidade conforme demanda das pessoas atingidas. É composta por todas as pessoas atingidas. Ocorre em modalidade virtual.	Coletiva

Fonte: Elaboração própria (2023).

A título de informação, para o acompanhamento das atividades e dos eixos de atuação da ATI, também houve uma atualização nos escritórios de referência para cada um dos eixos do Plano de Trabalho, conforme apresentado no quadro a seguir. Acrescenta-se que, de acordo com a estrutura institucional, o Escritório de Reparação - no qual estão lotados grande parte dos analistas de campo - não é referência para

nenhum eixo em específico, mas o responsável por realizar a maioria das atividades junto às pessoas atingidas de todos os eixos.

Quadro 4: Distribuição dos Eixos do Plano de Trabalho por Escritórios de Projetos

ESCRITÓRIOS DE PROJETOS	EIXO
MITIGAÇÃO	Anexo 1.2, Reparação Socioambiental, Reconhecimento das Pessoas Atingidas
PARTICIPAÇÃO INFORMADA E PCT's	Organização Social e Comunicação
SOCIOECONÔMICO	Anexo 1.1, Anexo 1.3
PROJETOS INTERNOS E ASSESSORIA DE TECNOLOGIA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	Estrutura Organizacional
REPARAÇÃO	Responsável pela execução das atividades com as pessoas atingidas em campo (Quadro 3)

Fonte: Elaboração própria (2023).

2.2 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

O Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023 estabelece como será realizada a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação pelo Instituto Guaicuy, e que estes terão como principal objetivo as atividades de cunho finalístico. Ficou definido, então, que o monitoramento será feito a partir do: i) acompanhamento das atividades com pessoas atingidas; ii) acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; iii) acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação; e a avaliação será realizada a partir da aferição intermediária dos indicadores, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados no parágrafo anterior. Destaca-se que, conforme apresentado no capítulo do Plano Operacional do Plano de Trabalho de setembro/23, não foi prevista a entrega de produtos neste trimestre - **com exceção do Plano de Trabalho, produto da atividade 28, e do presente Relatório de Prestação de Contas Trimestral, produto das atividades 24 e 26**. Dessa forma, por não haver a entrega de produtos, também não houve a aferição intermediária dos indicadores.

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

O acompanhamento do fluxo de registro das atividades realizadas com as pessoas atingidas apresentado no Relatório de Prestação de Contas Semestral anterior segue sendo a principal forma de monitoramento das atividades com pessoas atingidas e suas respectivas evidências. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento quinzenal de cada atividade desde o seu planejamento até o seu registro e arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no capítulo a seguir.

II. Acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas:

Devido ao contexto de elaboração do Plano de Trabalho de setembro/23, o fluxo de acompanhamento mensal das atividades estabelecido no período anterior sofreu algumas adaptações que não comprometeram o devido monitoramento das mesmas. Assim como reportado no Relatório anterior, os escritórios - unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades finalísticas do projeto - remetem à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação mensalmente o andamento de cada atividade do Plano, assim como os documentos e possíveis produtos elaborados no período referentes às atividades em execução.

III. acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação:

O orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi elaborado com base nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas. A coordenação de recursos humanos e financeiros fará o acompanhamento dos dispêndios vinculando-os às rubricas e às atividades previstas no Plano. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar e avaliar a execução do projeto.

Todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e

jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e a disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades, assim como pela apresentação das evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no terceiro trimestre de 2023, relacionando-as às atividades do Plano de Trabalho de setembro/23.

Seguindo este roteiro, nos capítulos seguintes será mostrada uma tabela por eixo com a apresentação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização e a situação de sua execução no trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE

O presente capítulo tem o objetivo de descrever o contexto político e institucional do terceiro trimestre de 2023 e como este impactou a organização do Guaicuy.

3.1 CONTEXTO POLÍTICO

Conforme descrito nos relatórios anteriores, a partir da assinatura do Acordo Judicial entre a empresa VALE, o Estado de Minas Gerais e as Instituições de Justiça em fevereiro de 2021, o trabalho das ATIs vem sendo profundamente alterado a cada período. Desde então, as ATIs ainda estavam sob forte insegurança jurídica pela falta de um Termo de Compromisso que contemplasse as atividades relacionadas ao Acordo Judicial, que se tornaram majoritárias com o decorrer do tempo.

O primeiro semestre de 2023 foi marcado pelo corte orçamentário da ordem de 48% sofrido pelas ATIs em março e todas as suas consequências.

Após oito reuniões entre IJs e ATIs, em 17 de julho foi firmado o Termo de Compromisso, partindo de premissas pré-definidas pelas Instituições de Justiça, como: i) prazo de 30 meses para atuação das ATIs em atividades relacionadas ao Acordo Judicial; ii) orçamento global de R\$ 150 milhões para as três ATIs durante este período; iii) redução significativa no percentual destinado às Regiões 4 e 5 (e somente a elas) do orçamento determinado; d) definição como prioridade de entrega das ATIs: “a) Apoio técnico e organizacional na definição dos projetos de interesse das comunidades, no âmbito do Anexo I.1; b) Apoio na participação das comunidades auto-reconhecidas como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) contempladas com projetos, no âmbito das etapas decorrentes da Consulta Popular específica (Anexos 1.3 e 1.4)”; iv) prazo de 60 dias para entrega do novo Plano de Trabalho, considerando os termos do Termo de Compromisso.

Para registro, as ATIs solicitaram a inclusão, como forma de deixar explícito que sua atuação não é restrita aos itens a) e b) acima mencionados, do item c), que abarca diversas atividades de interesse das pessoas atingidas: “c) Apoio à participação informada das pessoas atingidas, na defesa e garantia de seus direitos quanto à execução e cumprimento dos termos do Acordo Judicial e seus respectivos anexos.”

Então, a partir da segunda quinzena do mês de julho, parte da equipe do Instituto Guaicuy começou a construção de mais um Plano de Trabalho, com o desafio de contemplar as atividades exigidas pelas IJs, as demais atividades de interesse das pessoas atingidas, considerando as impostas reduções orçamentárias e, conseqüentemente, a necessidade de diminuição da equipe. Durante esse processo foram construídas etapas e reuniões de compartilhamento e validação das premissas do Plano de Trabalho com as pessoas atingidas.

Paralelamente, todas as atividades relacionadas à consolidação das comissões de pessoas atingidas, de acompanhamento do PTR, do Anexo 1.3, preparação para o Anexo 1.1, de acolhimento e verificação de denúncias diversas, acompanhamento de atividades relacionadas ao Anexo 2, Estudos de Risco à Saúde, bem como apoio à mobilização das pessoas atingidas junto a atores externos (como FGV, Judiciário e Poder Legislativo) continuaram acontecendo.

Em 23 de agosto, o consórcio encabeçado pela Cáritas foi homologado como entidade gestora do Anexo 1.1 e, a partir de então, se intensificaram os diálogos com essa entidade sobre os próximos passos para a construção do seu Plano de Trabalho com as pessoas atingidas. Inicialmente, a Cáritas apresentou uma proposta que infelizmente se mostrou inviável tanto do ponto de vista orçamentário (pois transferia para as ATIs a maior parte do custo das atividades do período de 90 dias), quanto em termos operacionais, pois supunha uma rotina de Encontro Regionais concentrados (acontecendo a cada semana), impondo grandes deslocamentos e tempo de dedicação incompatível com a realidade das pessoas atingidas trabalhadoras. O Instituto Guaicuy registrou suas preocupações com a proposta apresentada em diálogo com a entidade, em [Ofício \(n. 25/2023\)](#) e em reunião com as Instituições de Justiça.

Além de manifestar sua preocupação e as limitações objetivas à execução da proposta da Cáritas, o Instituto Guaicuy, após um intenso exercício das equipes dos escritórios de projetos, de reparação e de logística, chegou a uma contraproposta enviada em setembro para a entidade gestora, que foi prontamente acatada por ela.

Apesar da concordância da entidade gestora e do início dos trabalhos do Guaicuy para viabilizar as etapas para a construção do Plano de Trabalho da Cáritas no prazo

indicado pelas Instituições de Justiça para garantir o protocolo do Plano de Trabalho antes do recesso judiciário em 20 de dezembro, o calendário proposto foi suspenso.

Na última semana de setembro a entidade gestora informou às ATIs que o recurso de R\$ 1 milhão para a construção do Plano de Trabalho já havia sido recebido, mas que ainda estava pendente o fechamento de um Termo de Compromisso com as Instituições de Justiça e que tal instrumento era condição para o início das atividades relacionadas ao Plano de Trabalho.

Desta forma, mais uma vez o Instituto Guaicuy se vê diante de indefinições alheias ao seu controle para melhor organizar e programar suas atividades. A instituição vem mantendo as atividades programadas antes da homologação da entidade gestora, mas sabe que a qualquer momento será obrigada a alterar toda a sua programação e voltar a maior parte de seus espaços de trabalho com as pessoas atingidas para atender a programação do Plano de Trabalho da Cáritas.

Importante ainda registrar a preocupação que essas alterações passam por questões orçamentárias e processos de compras que têm seus tempos próprios e devem ser respeitados, além de preocupação com as chuvas que normalmente castigam os territórios no fim de ano e dificultam a realização de algumas atividades.

3.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Termo de Compromisso firmado entre ATIs da Bacia do Paraopeba e as Instituições de Justiça em 17 de julho de 2023 demandou uma série de rodadas de negociação até a data da assinatura. Dentre as cláusulas estabelecidas, destacam-se duas que impactaram imediatamente o cotidiano institucional no trimestre a que este relatório se refere: a revisão dos novos percentuais de rateio do orçamento global das ATIs e também as condições para a elaboração do Plano de Trabalho.

Sobre o primeiro destaque, as Instituições de Justiça arbitraram os novos percentuais de rateio para os repasses financeiros:

- R1: 21% (AEDAS)
- R2: 25% (AEDAS)
- R3: 23% (NACAB)

- R4: 10,5% (GUAICUY)
- R5: 20,5% (GUAICUY)

No total, as Regiões 4 e 5 terão direito a 31% do recurso. No último ano, o repasse para as Regiões 4 e 5 somadas equivalia a 36,16% do recurso. Portanto houve uma perda de 5 pontos percentuais pelo Guaicuy em relação ao disponibilizado para as ATIs. No entanto, a perda real para o Guaicuy ficou em, aproximadamente, em 15%.

Essa decisão, que reduziu recursos exclusivamente do atendimento às Regiões 4 e 5, aprofundou e acelerou o cenário de desmobilização que o Instituto Guaicuy vinha executando desde o corte orçamentário de março de 2023. Bruscamente, passamos então a contar com 143 profissionais, ante a 252 do ano anterior.

O segundo destaque refere-se ao prazo para elaboração do Plano de Trabalho, que datou o dia 15 de setembro para sua entrega e também a priorização de escopo. Em agosto, a CAMF apresentou algumas condições, como o orçamento por atividade, vinculando inclusive o rateio de profissionais destacados para atuar em cada atividade, produtos, indicadores e uma estrutura de dados financeiros que, segundo a Coordenação Metodológica, também servirá para a prestação de contas.

Ainda em julho, o Guaicuy apresentou tais condições (prazo, limites, teto orçamentário, redução de recursos, escopo, etc.) às pessoas atingidas no 11º Fórum Regional das Regiões 4 e 5. Neste espaço, foi definido que as comissões de pessoas atingidas colaborariam com a formulação das diretrizes para a elaboração do Plano de Trabalho. E assim foi feito nas duas semanas seguintes, até o recebimento das contribuições sobre as diretrizes por parte do Guaicuy¹.

Formou-se, então, um comitê interno responsável pela feitura do Plano de acordo com as diretrizes das comissões. No processo de elaboração, readequou-se uma série de atividades para priorizarmos a menor redução possível de assessoramento do Guaicuy às comunidades e pessoas atingidas e também para evitar um colapso operacional causado pela redução de recursos humanos.

¹ O segundo capítulo dos documentos a seguir, intitulado “Metodologia de Construção do Plano de Trabalho”, contém tais diretrizes. [Plano de Trabalho R4_Termo de Comp.pdf](#) e [Plano de Trabalho_R5_Termo de Comp.pdf](#)

No dia 31 de agosto, o Guaicuy apresentou o plano operacional, produtos e orçamento no 12º Fórum Regional para que as pessoas atingidas verificassem se o plano elaborado estava conforme às diretrizes que as comissões deliberaram. O Plano de Trabalho com 28 atividades foi validado pelas pessoas atingidas e, após ajustes técnicos colocados pela CAMF, o Plano foi submetido às Instituições de Justiça no dia 15 de setembro de 2023.

O Instituto Guaicuy aguarda a aprovação do Plano de Trabalho pelas Instituições de Justiça para que a prática de novos formatos, instrumentos e atuação seja possível para todas as partes interessadas neste projeto.

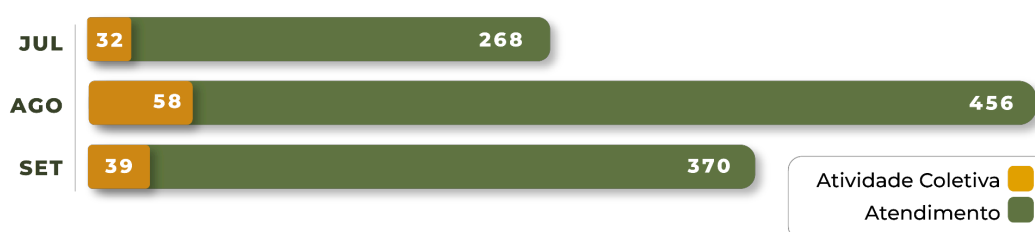
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL

4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE

Na Região 5, durante o 3º Trimestre de 2023, foram realizadas **1223** atividades envolvendo diretamente **3441** pessoas atingidas, sendo **129** atividades coletivas (reuniões comunitárias, reuniões de comissão, atividades formativas, entre outras), **1094** atendimentos (atividades de escala individual e familiar, como atividades mobilizadoras, visitas domiciliares, acolhimentos psicossociais e/ou sociojurídicos, etc).

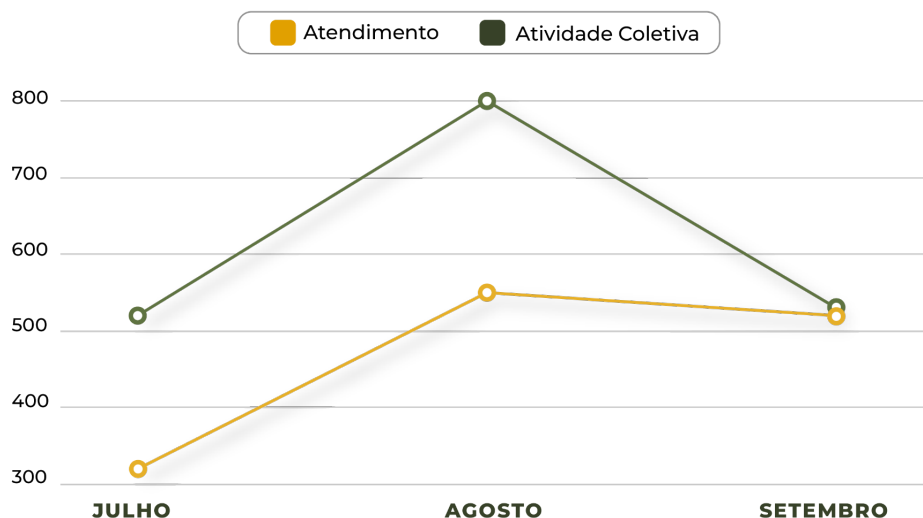
O gráfico a seguir mostra o total de atividades realizadas por mês na Região 5.

Gráfico 1: Total de atividades por mês na Região 5



Fonte: Elaboração própria (2023)

As atividades coletivas compõem a principal ferramenta de participação das pessoas atingidas, de acordo com a metodologia de ação territorial do Instituto Guaicuy. Ao longo do trimestre, foram **1941** participações de pessoas atingidas nesse tipo de atividade. O gráfico a seguir mostra o total de pessoas participantes em cada categoria de atividade por mês.

Gráfico 2 - Total de participações nas atividades

Fonte: Elaboração própria (2023).

É importante destacar que uma única atividade com pessoas atingidas pode estar relacionada a mais de uma atividade do Plano de Trabalho e também a mais de um objetivo específico.

4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS

Os trabalhos desenvolvidos com as pessoas atingidas entre os meses de julho a setembro de 2023 tiveram como centralidade a realização das seguintes atividades: (1) reunião programadas de comissões; (2) homologação da entidade gestora do Anexo 1.1; (3) suporte para as pessoas atingidas para acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e (4) a realização de visitas domiciliares. Nesse contexto, apresentamos a seguir uma breve descrição de cada ação e sua vinculação com as categorias de atividades elaboradas pelo Instituto Guaicuy - ATI Paraopeba.

REUNIÕES PROGRAMADAS DE COMISSÕES:

Previstas no Plano de Trabalho e identificadas nas categorias de atividades como Reuniões de Comissões, as reuniões programadas de comissões possuem como especificidade o aprofundamento de temas importantes do processo de reparação. Entre os meses de julho a setembro foram realizadas as reuniões programadas denominadas Encontros 0 e 1. Com a intenção de modular com as pessoas atingidas as reuniões programadas de comissões, os Encontros 0 possibilitaram construir com as

comunidades a metodologia das reuniões envolvendo: junção de comissões, tempo de reunião, pautas, dentre outros. Já os Encontros 1 tiveram como centralidade o aprofundamento dos temas controle social e Anexo 1.1 (homologação da Entidade Gestora e elaboração do seu Plano de Trabalho). Ainda no segundo semestre de 2023, a previsão é avançar os encontros programados das comissões com o Encontro 2, finalizando em novembro com o 2º Encontro de Comissões.

HOMOLOGAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA DO ANEXO 1.1:

Ocorreu no dia 23 de agosto de 2023, a homologação da entidade gestora dos projetos voltados para comunidades atingidas e do programa de crédito e microcrédito. A decisão deu início ao processo de elaboração do Plano de Trabalho da entidade gestora composta pelo consórcio liderado pela Cáritas Brasileira Regional MG. Com o objetivo de dialogar com as pessoas atingidas sobre a organização dos trabalhos, o Instituto Guaicuy realizou diversas atividades com as pessoas atingidas, incluindo reunião de comissões e atividades mobilizadoras.

ACESSO AO PTR:

Durante o período de referência, foram realizadas diversas atividades com as pessoas atingidas com o objetivo de atender dúvidas sobre o Anexo 1.2, considerando que muitas famílias ainda não tiveram acesso ao Programa de Transferência de Renda (PTR), dentre as atividades desenvolvidas destacamos as visitas domiciliares e as reuniões comunitárias. As dúvidas apresentadas pelas pessoas atingidas envolvem: Poligonais, documentação para comprovação de residência, dificuldades no cadastro, ausência de resposta da FGV e negativas ao PTR. Por esse motivo, nos meses de agosto e setembro de 2023, as pessoas atingidas da R4 e R5 organizaram duas manifestações na porta da sede da FGV localizada em Pompéu. Convocadas pelo coletivo auto-organizado Guerreir@s, um dos principais objetivos foi reivindicar o direito das comunidades ao Programa de Transferência de Renda. Além do direito ao PTR, estavam na pauta das pessoas atingidas também a revisão de algumas Poligonais que são representações em mapa que estabelecem os limites geográficos das comunidades que poderão receber o PTR.

VISITAS DOMICILIARES:

No período de referência foram realizadas visitas domiciliares nas comunidades da Região 5 com o objetivo de aprofundar o diálogo com as pessoas atingidas sobre o Acordo Judicial e os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria. Dentre as pautas tratadas, destacamos todos os anexos do Acordo (Anexo 1.1, Anexo 1.2, Anexo 1.3) e o relacionamento com lideranças locais.

5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO

Conforme informado no capítulo 2, sobre a metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades, a prestação de contas neste relatório apresentará uma breve descrição do que foi realizado em cada eixo do Plano de Trabalho de setembro de 2023. O presente capítulo pretende atender a esse objetivo.

Para tanto, a seguir serão apresentados os sete eixos, ou objetivos específicos, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional.

Cada eixo apresentará as atividades elencadas no Plano de Trabalho, como modo de retomar o que foi estabelecido. As atividades apresentarão seus respectivos IDs e cronograma de execução previsto no Plano de Trabalho, assim como a informação sobre a execução da atividade nos meses de julho, agosto e setembro de 2023. Os textos apresentarão uma breve discussão do que foi realizado em cada eixo, bem como possíveis dificuldades enfrentadas e justificativas, quando for o caso.

5.1. ANEXO 1.1

O objetivo do eixo Anexo 1.1, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 5 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1.	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas para debater a proposta definitiva da entidade gestora e para construir e validar a proposta de governança do Anexo 1.1.	13/09/2023	12/12/2023	Sim
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas com o objetivo de viabilizar a participação direta e informada das pessoas atingidas em todas as etapas que envolvem a implementação da governança do Anexo 1.1, de obrigação da entidade gestora.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	Realizar acompanhamento técnico das pessoas atingidas nos espaços de governança do Anexo 1.1, desde a fase de planejamento até a etapa de fiscalização. Apoiar a elaboração de documentos e a realização do diálogo com atores externos, sempre que necessário.	01/07/2023	30/05/2025	Sim
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	Realizar ciclos de formação para estimular a participação das pessoas atingidas na definição dos usos dos recursos do Anexo 1.1, respeitando suas particularidades e seus modos de vida e de organização comunitária.	01/07/2023	31/12/2024	Sim

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, em nível local, regional e inter-regional.	01/03/2024	30/06/2025	Não
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na concepção das regras do crédito e microcrédito do Anexo 1.1.	01/04/2024	30/06/2025	Não

Fonte: Elaboração própria (2023)

As atividades do eixo Anexo 1.1 estão, de alguma forma, atreladas às indefinições acerca da situação da entidade gestora apresentadas no capítulo [3.1 Contexto Político](#). No trimestre de referência, a execução da atividade 1 (Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1) esteve diretamente impactada por essa questão. Apesar dos trabalhos desempenhados pela equipe do Guaicuy - os quais serão descritos a seguir -, o calendário dos espaços participativos com as pessoas atingidas para esta atividade só terá início após a assinatura do Termo de Compromisso entre Cáritas e Instituições de Justiça, e ainda não há previsão para a assinatura deste.

Dessa forma, as atividades realizadas pela “Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1” referem-se, principalmente, à articulação e ao planejamento metodológico junto à Entidade Gestora e às Instituições de Justiça, conforme demonstrado a seguir.

No dia 17 de julho foi realizada uma reunião entre Cáritas, IJs e ATIs na qual a Cáritas manifestou interesse em construir um plano de ação com as ATIs referente ao período de 90 dias para definir como seria feita a mobilização para garantia da governança comunitária no Anexo 1.1. A homologação do consórcio liderado pela Cáritas ocorreu no dia 23 de agosto e foi noticiada no [site](#) do Instituto Guaicuy. A partir disso, a entidade gestora teve o prazo de dez dias para aceitar o contrato e, em seguida, estava previsto o início o prazo de 90 dias corridos para apresentar o Plano de Trabalho, o que não ocorreu, devido à não assinatura do Termo de Compromisso entre a Cáritas e as IJs, conforme indicado anteriormente.

Ainda em relação à atividade 1, ocorreram, nos meses de agosto e setembro, quatro reuniões organizadas pela Cáritas com as ATIs, visando ao planejamento do Plano de Trabalho do Anexo 1.1. Na primeira reunião, a Cáritas apresentou uma proposta de agendas a serem realizadas com as pessoas atingidas no período de 90 dias, indicando que os custos dos encontros regionais deveriam ser arcados pelas ATIs, o que foi considerado inviável. Na segunda reunião, as assessorias reafirmaram a incapacidade financeira e técnica de executar o desenho metodológico proposto pela Cáritas e destacaram a necessidade de definir o que se entende como apoio das ATIs à execução do trabalho da entidade gestora. A partir dessa reunião, o Instituto Guaicuy enviou um [ofício às IJs](#) reiterando seu compromisso com o Anexo 1.1 e buscando demonstrar as dificuldades enfrentadas para execução da proposta. Na terceira reunião,

a Cáritas apresentou uma nova proposta metodológica que demonstrou abertura para se adaptar às propostas das ATIs e o Guaicuy elaborou uma [proposta de modulação](#) de diálogo com as pessoas atingidas nas Regiões 4 e 5. Na quarta reunião, que contou também com a participação da CAMF e das Instituições de Justiça, foram discutidos aspectos importantes referentes à garantia de um processo participativo para além das instâncias de participação já constituídas junto às ATIs. Por fim, apesar de, no dia 22 de setembro, os recursos da entidade gestora terem sido liberados por decisão judicial, no dia 28 de setembro a Cáritas apresentou a necessidade de firmar um Termo de Compromisso com as Instituições de Justiça, condicionando o início dos trabalhos à assinatura deste. Assim, conforme já sinalizado anteriormente, ainda não houve e não haverá participação da Cáritas em nenhuma reunião junto às pessoas atingidas até que esse termo seja assinado.

Cabe ressaltar, ainda no que tange à atividade 1, que o constante adiamento do início dos espaços participativos com as pessoas atingidas além de comprometer o calendário planejado pela equipe, também gera sobrecarga de trabalho para a estrutura organizacional do Guaicuy, uma vez que o apoio disponibilizado pela ATI envolve a contratação de transporte e alimentação.

Em relação à atividade 2 (Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1), foram realizadas neste trimestre atividades presenciais com as Comissões de Pessoas Atingidas que buscaram discutir e elencar critérios, regras e princípios a serem apresentados para o Consórcio Gestor durante o processo de elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1. O principal objetivo desta pauta é especificar definições mínimas que garantam às Regiões 4 e 5 acesso aos recursos do Anexo 1.1 com equidade. Para demonstrar o trabalho que vem sendo desenvolvido, será apresentado, como exemplo, um dos critérios definidos pela Comissão de Morada dos Peixes, localizada em São Gonçalo do Abaeté: “garantir a divisão dos recursos por região em percentuais justos e começar a atuação simultaneamente em todas as regionais, pois até aqui a Região 5 sempre ficou por último e mal teve acesso aos recursos da reparação. No Anexo 1.1 precisamos de justiça.” Ao todo foram realizadas reuniões com 15 Comissões dos municípios de São Gonçalo do Abaeté, Três Marias, Felixlândia e Abaeté. As reuniões também serão realizadas com as demais Comissões de Pessoas Atingidas nas duas regiões, priorizando aquelas nas quais o acesso à internet é limitado.

Durante este trimestre, no que se refere à atividade 3 (Apoio técnico na governança do Anexo 1.1), o Instituto Guaicuy prestou esclarecimentos e auxiliou as comissões, por meio dos grupos das comissões no *WhatsApp*, a organizar suas demandas e reivindicações em relação ao Anexo 1.1. Desse trabalho resultaram algumas cartas, entre elas a [Carta da Bacia do São Francisco](#), Comissão da Região 5.

Os encontros intitulados “Dois dedos de prosa: Construindo a Governança Popular”, já apresentados no Relatório de Prestação de Contas anterior, neste trimestre, seguiram se destacando enquanto uma importante atividade com pessoas atingidas. Entre os meses de julho e setembro aconteceram cinco edições do “Dois dedos de prosa”, que estão relacionadas à atividade 4 (Formação sobre o Anexo 1.1). As “prosas” trataram temas relevantes e de interesse das pessoas atingidas, o que se refletiu em uma ampla participação nas duas regiões em todos os encontros. A metodologia proposta segue garantindo a alta participação das pessoas atingidas, além de utilizar linguagem objetiva e popular, que facilita a compreensão, e ferramentas visuais que promovem reuniões didáticas.

Neste trimestre os encontros do “Dois dedos de prosa” debateram temas como a construção dos caminhos da Governança do Anexo 1.1, crédito e microcrédito, informações e consulta do Anexo 1.1 e Sistema de Participação Popular e Governança, homologação da Cáritas enquanto entidade gestora e planejamento da construção participativa da proposta definitiva do Plano de Trabalho do Anexo 1.1, atuação do Guaicuy junto às pessoas atingidas e um encontro específico para sanar as diversas dúvidas que surgiram nos territórios a partir da homologação da Cáritas e os próximos passos. Para facilitar a compreensão sobre os temas que, por muitas vezes, são complexos e, dessa forma, qualificar a participação das pessoas atingidas nesses encontros, foram produzidos - em parceria com a equipe de Comunicação - alguns vídeos didáticos que podem ser acessados nos links a seguir: [Prosa 8 - Crédito e Microcrédito | Dois Dedos de Prosa](#), [Prosa 9 - Projetos Comunitários | Dois Dedos de Prosa](#) e [Cáritas responde a perguntas sobre gestão do Anexo 1.1. Confira!](#)

5.2. ANEXO 1.3

O objetivo do eixo Anexo 1.3, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada e o controle social nos Anexos 1.3 e 1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos PCTs. A seguir, apresenta-se um quadro contendo as atividades previstas e a execução destas no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 6 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Promover espaços participativos visando à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais que permitam a atuação autônoma das pessoas atingidas no acompanhamento dos projetos do Anexo 1.3 e no controle social do processo de reparação, junto às entidades competentes.	01/01/2024	30/06/2025	Sim
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Assessorar tecnicamente os PCTs na produção técnica de documentos, no encaminhamento de demandas e na elaboração de protocolos, buscando favorecer a participação informada e manifestação das comunidades em todas as etapas na execução dos projetos do Anexo 1.3.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Acompanhar os PCTs, quando requisitado, nas etapas de detalhamento e execução dos projetos do Anexo 1.3, assegurando o envio de manifestações aos Compromitentes, quando solicitado.	01/07/2023	30/06/2025	Não

Fonte: Elaboração própria (2023).

No que se refere ao andamento do eixo do Anexo 1.3, é imprescindível considerar a importância da atuação e da articulação com o poder público dos municípios. Nesse sentido, este trimestre foi marcado por avanços significativos nos contatos com as prefeituras municipais da Região 5, que demonstraram interesse no fortalecimento da relação com a ATI Guaicuy.

A atividade 7 (Espaços participativos para o Anexo 1.3), apesar de ter seu início previsto apenas para o início do próximo trimestre, teve sua execução iniciada na Região 5, principalmente, devido ao alto grau de interesse das Comissões de Pessoas Atingidas da Região 5 Oeste² no acompanhamento dos Projetos de Políticas Públicas. Dessa forma, foi elaborado um Plano de Ação do Anexo 1.3, que inclui a realização de seminários municipais visando à criação de conselhos ou comitês de acompanhamento do Anexo 1.3. Foram realizados contatos com as prefeituras dos municípios da Região 5 Oeste para articulação de seminários municipais do Anexo 1.3 e em julho e agosto foram realizadas reuniões com as prefeituras de [Abaeté](#), [Biquinhas](#), [Paineiras](#) e Morada Nova de Minas. Em síntese, todas as prefeituras se mostraram abertas para a realização da atividade proposta e, então, a equipe iniciou o planejamento da próxima etapa do plano de ação que deverá ser apresentado às gerências e diretoria e ser iniciada no próximo trimestre.

Ainda em relação à atividade 7, destaca-se o acompanhamento realizado pela equipe do Instituto Guaicuy a uma manifestação organizada pelas Comissões do município de Abaeté. Em diálogo com o poder público local após o ato, foi encaminhada a implementação, pela prefeitura, de um comitê de acompanhamento para os projetos do Anexo 1.3.

No âmbito do Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3 (atividade 8), foram executadas algumas atividades que objetivaram a construção de um documento orientador para a realização das obras do poço artesiano nas comunidades de Saco Barreiro e Povo Kaxixó, incluindo uma visita técnica para avaliação do território e levantamento de informações. Tal documento foi definido pelo Comitê de Compromitentes como uma

² As regionais correspondem às subdivisões da região de atuação da ATI em função de características geográficas e político-sociais, que demandam a necessidade operacional de estruturas sub-regionalizadas. A Região 5 Oeste compreende os municípios de Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Abaeté e Martinho Campos.

etapa prévia ao detalhamento dos projetos do Anexo 1.3 para PCTs. Destaca-se que a construção do poço artesiano foi escolhida para ser contemplada pelo Anexo 1.3, que destina verbas para projetos de fortalecimento de políticas públicas. Em setembro foram realizadas atividades de devolutiva da visita técnica ao Povo Kaxixó, com o objetivo de apresentar para a comunidade o resultado do levantamento de informações e de realizar o preenchimento do Formulário Orientativo do Comitê Pró-Brumadinho, que foi validado pela comunidade e enviado ao Comitê ainda em setembro.

A atividade 9 (Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3), assim como previsto na sua descrição, só deverá ser realizada quando solicitada pelos PCTs. No período de julho a setembro de 2023, na Região 5, não aconteceram reuniões externas sobre o Anexo 1.3 junto aos PCTs e não foi solicitado o acompanhamento do Guaicuy em reuniões, por isso, a atividade não foi executada no trimestre.

5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O objetivo do eixo Organização Social e Comunicação, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 7 – Execução das atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
10	Organização das comissões	Promover reuniões, presenciais ou virtuais, com as comissões de pessoas atingidas, em escala local e regional, direcionadas ao seu desenvolvimento organizacional, à avaliação da ATI, ao planejamento coletivo e à discussão das condições materiais necessárias às instâncias participativas, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social, bem como apoiar a atuação de representantes nos espaços de bacia direcionados à tomada de decisão sobre assuntos relativos à reparação integral dos danos.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
11	Organização dos PCTs	Construir espaços participativos para Povos e Comunidades Tradicionais aprofundarem o entendimento sobre seus direitos específicos, de maneira a fortalecer a autonomia no Sistema de Participação.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
12	Apoio na participação em eventos externos	Apoiar a participação das pessoas atingidas em eventos externos promovidos por atores envolvidos no processo de reparação, visando à formação cidadã, à representatividade das pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 e ao envolvimento delas nos processos de tomada de decisão relativos aos seus direitos específicos.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
13	Comunicação	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação – formativos, informativos e mobilizadores – sobre temas e ações relativos ao processo de reparação para as populações atingidas das Regiões 4 e 5, em diversos formatos e suportes, com linguagem acessível e informações seguras. Divulgar o trabalho da assessoria técnica do Projeto Paraopeba de	01/07/2023	30/06/2025	Sim

		forma responsável e eficiente para as partes interessadas.			
14	Mobilização social	Promover atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação.	01/07/ 2023	30/06/ 2025	Sim
15	Operacionalização regional	Realizar gestão e manutenção dos escritórios, aquisição e gestão de materiais e equipamentos, organizar e produzir eventos institucionais, planejar e operacionalizar a logística para a realização de atividades.	01/07/ 2023	31/12/ 2025	Sim
16	Suporte logístico	Conduzir veículos transportando equipes, pessoas atingidas e equipamentos, contribuir com a organização das atividades de campo, apoiar as equipes na execução das atividades.	01/07/ 2023	31/12/ 2025	Sim

Fonte: Elaboração própria (2023)

As atividades desenvolvidas no âmbito do eixo da Organização Social e Comunicação são voltadas, sobretudo, para a organização das pessoas atingidas e todo apoio e suporte necessários para tal. Tais atividades são centrais para possibilitar o acesso à informação técnica, atualizada e em linguagem acessível às pessoas atingidas, bem como para promover as condições materiais e organizativas para o exercício da participação informada no processo de reparação. Neste trimestre, de forma geral, todas as atividades previstas foram executadas, apesar das dificuldades trazidas pela necessidade de redução do corpo técnico causado pelo corte de recursos da ATI, sem redução nas demandas das pessoas atingidas.

Em relação à atividade 10 (Organização das Comissões), destaca-se a realização das reuniões programadas de comissão, que foram planejadas a partir dos Seminários de Alinhamento Metodológico internos realizados pelas equipes do Guaicuy. As reuniões programadas de comissão realizadas neste trimestre tiveram como foco o mapeamento dos atores do processo e a discussão de princípios de atuação da entidade gestora do Anexo 1.1. Também foram abordados aspectos como a construção de planejamentos estratégicos para cada comissão e o fortalecimento do controle social nos eixos do Acordo Judicial, que representam avanços no sentido da organização das pessoas atingidas. Em relação à organização das pessoas atingidas, destaca-se o lançamento da [Cartilha](#) que servirá de suporte para dialogar com as comissões sobre o regimento interno e as demais questões voltadas para a sua formalização. Neste mesmo período, foi iniciada a organização do próximo Encontro de Comissões, marcada pela criação da Secretaria Organizativa - um grupo composto por gestores e analistas do Guaicuy, além de pessoas atingidas representantes de Comissões - que possibilita a participação efetiva das pessoas atingidas na construção do Encontro de Comissões.

Outro ponto de destaque em relação à atividade 10 é referente aos Fóruns Regionais realizados entre julho e setembro, que tiveram como pautas principais a assinatura do Termo de Compromisso, os próximos passos de atuação da ATI e a construção participativa do Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023, que foi discutido e validado em duas reuniões com as pessoas atingidas das Regiões 4 e 5. Em relação às instâncias regional e inter-regional de participação, em continuidade ao processo de realização da 2ª Onda do Sistema de Participação, foram promovidas

reuniões de devolutivas com as comissões de cada regional, sobre as contribuições que surgiram no 1º Encontro de Comissões (maio-junho/2023). Além da devolutiva sobre o Encontro de Comissões, as reuniões buscaram validação do posicionamento regional referente ao funcionamento da instância inter-regional do Sistema de Participação e como ela deve ser aperfeiçoada ao longo do tempo.

No que se refere à organização dos Povos e Comunidades Tradicionais (atividade 11), foram realizadas reuniões com a Comissão Povo Kaxixó que tiveram como principais objetivos informar, consultar e esclarecer dúvidas das pessoas atingidas sobre o Anexo 1.1 e o Sistema de Participação Popular e Governança.

O trimestre também foi marcado pelo apoio às pessoas atingidas na participação de eventos externos (atividade 12), como a manifestação em relação ao PTR organizada pelas pessoas atingidas das Regiões 4 e 5, idealizada pelo coletivo auto-organizado Guerreir@s. Estavam entre as pautas de reivindicação: acesso ao Programa de Transferência de Renda, modo de atuação da instituição gestora e documentações exigidas para atendimento ao critério territorial de inclusão. O Instituto Guaicuy apoiou na organização das pessoas atingidas fornecendo suporte técnico para elaboração de [ofício](#) direcionado à FGV, confecção de *card* para divulgação do ato pelas pessoas atingidas, divulgação nas redes sociais do Guaicuy e divulgação para imprensa ([matéria do O Tempo](#)). Além disso, foi viabilizado o transporte de algumas pessoas atingidas, em especial de Morada Nova de Minas até a sede da FGV, em Pompéu, a distribuição de água e a [cobertura do evento](#) pela equipe de comunicação do Guaicuy, que também realizou [registros fotográficos do ato](#).

Ainda em relação à atividade 12, em agosto foi realizado o acompanhamento de pessoas atingidas na reunião da CIMOS (Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do MPMG) sobre as ações envolvendo a Reparação Socioambiental. Em setembro, as pessoas atingidas realizaram uma manifestação, no município de Abaeté, voltada às cobranças sobre informações dos projetos do Anexo 1.3 e reivindicação de obras de melhorias nas comunidades da zona rural do município, que contou com o apoio e acompanhamento do Guaicuy.

No dia 26 de setembro, duas importantes ações foram realizadas e contaram com a mobilização, o suporte e o acompanhamento da equipe do Guaicuy às pessoas atingidas das Regiões 4 e 5. A primeira delas foi a reunião com o Juiz Murilo Silvio de Abreu sobre a liquidação coletiva, na qual puderam participar duas pessoas atingidas de cada Região (4 e 5). Elas tiveram as suas falas garantidas e a oportunidade de manifestar ao juiz suas preocupações com a demora no processo de reparação, além de expor os problemas enfrentados nas comunidades atingidas. Na ocasião, foi entregue ao juiz uma [carta com reivindicações sobre a resolução das indenizações individuais](#). Durante a reunião, houve uma [manifestação](#) que contou com a participação de mais de 50 pessoas atingidas de 23 comunidades das Regiões 4 e 5, que receberam todo o apoio do Guaicuy. A segunda ação foi uma reunião entre pessoas atingidas e a Fundação Getulio Vargas (FGV), que contou com a participação de duas pessoas de cada Região (4 e 5), além de representantes das IJs. Na reunião foram abordados os problemas na execução do PTR e foi entregue, pelas pessoas atingidas, uma [carta](#) elaborada pelas Comissões de Pessoas Atingidas das Regiões 4 e 5 sobre o PTR. Ambas ações estão relacionadas às atividades 12 (Apoio na participação em eventos externos), 14 (Mobilização social) e 16 (Suporte logístico).

Em relação à atividade 13, entre julho e setembro foram elaborados dezenas de produtos de comunicação associados à produção de texto, produção audiovisual e relacionamento digital. Em julho destacaram-se: matérias sobre o Termo de Compromisso e Diretrizes para elaboração do Plano de Trabalho; andamento dos projetos do Anexo 1.3; vídeo sobre a elaboração do protocolo de Consulta Saco Barreiro; e o lançamento do documentário “Diamantes: comunidades atingidas pela Vale buscam reparação”. Em agosto destacaram-se: o lançamento do novo site do Guaicuy; a publicação da 9ª edição do Piracema; matérias sobre pedido de revisão das Poligonais e o que são Poligonais; indenizações individuais; carta de pescadora atingida pela Vale direcionada ao Presidente da República; acompanhamento do Programa de Recuperação Socioambiental e do Estudo de Risco a Saúde Humana; 4 anos do Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica das comunidades atingidas pela Vale no Baixo Paraopeba e na região da Represa de Três Marias. Em setembro destacam-se: as respostas da Cáritas sobre as perguntas sobre gestão do Anexo 1.1; Águas Gerais sobre “O que são as Indenizações Individuais?”; e a cobertura dos atos e das reuniões de pessoas atingidas

em Belo Horizonte. Foi elaborado um relatório síntese sobre a produção desses materiais e sua vinculação aos eixos do plano de trabalho. Nesse relatório, há um link para uma listagem que contém a relação de todos os materiais produzidos, bem como os links públicos para o acesso. Convém informar que os produtos de comunicação da ATI referem-se às Regiões 4 e 5.

Em relação à atividade de mobilização (atividade 14), destacam-se as visitas domiciliares e os atendimentos realizados no trimestre, abordados no capítulo "[Atuação Territorial](#)". Além disso, cabe ressaltar que as ações de mobilização social estão associadas a todas as atividades com as pessoas atingidas, em todos os eixos que envolvem atividades territoriais.

Em relação às atividades 15 (Operacionalização regional) e 16 (Suporte logístico), ressalta-se que ambas são essenciais para viabilizar todas as atividades com pessoas atingidas, além do funcionamento e da manutenção de todos os escritórios do Guaicuy, e são realizadas de forma contínua e rotineira pela equipe de administração e logística. No que se refere à atividade 16, destacou-se, neste trimestre, a operação realizada para viabilizar a participação das pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 nas ações do dia 26 de setembro: ao todo foram 3 dias de intenso trabalho, com a utilização de 11 carros, 19 motoristas, 16 hospedagens, 185 refeições/lanches e 22 pontos de saída e chegada de funcionários e pessoas atingidas.

5.4. RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O objetivo do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é viabilizar o reconhecimento e autorreconhecimento das pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução da atividade no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 8 – Execução da atividade do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Identificar e caracterizar comunidades atingidas não reconhecidas, em especial as autoidentificadas como PCTs, e viabilizar o atendimento, pela ATI, de pessoas atingidas ainda não assessoradas, assegurando a inclusão nas atividades participativas implementadas e o respeito a seus modos de vida. Construir processos de reconhecimento dessas pessoas, grupos e comunidades atingidas por parte dos atores da reparação (IJs, estado de Minas Gerais, Vale S.A., FGV, Aecom, Grupo EPA, etc.).	01/07/2023	31/12/2024	Sim

Fonte: Elaboração Própria (2023).

O eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas tem, em geral, caminhado para um aumento na necessidade de produção técnica e científica para o embasamento das demandas por reconhecimento nos territórios assessorados. As produções de natureza ambiental, em especial, são centrais nos atuais debates acerca do reconhecimento em diferentes frentes da reparação. Sobre esse reconhecimento de natureza ambiental - que pode incluir ou excluir comunidades e pessoas do Anexo 2 - a ATI foi demandada em diversas ocasiões neste trimestre para acompanhar devolutivas ambientais realizadas pela Vale no território e para comentar reportagens veiculadas pela mineradora e grandes veículos de imprensa, ocasiões que têm sido atendidas no âmbito da participação informada, mas de forma aquém da pretendida, em razão dos cortes orçamentários que culminaram na redução da equipe e conseqüente comprometimento da capacidade de responder às demandas das pessoas atingidas.

O trabalho com novos grupos de PCTs também tem sido acompanhado de perto para posterior formalização junto às IJs e demais atores da reparação, a partir da demanda das comunidades/coletividades tradicionais. O comitê interno multidisciplinar criado para discutir as questões relativas aos Povos e Comunidades Tradicionais tem produzido, desde agosto, relatórios técnicos sobre esses grupos, planejando, para o próximo trimestre, realizar trabalhos territoriais. Como ainda não há uma formalização pelos grupos relativos ao seu reconhecimento como PCTs, seus nomes não serão divulgados.

Por fim, a reivindicação por informações face ao andamento processual da Ação Civil Pública em razão das últimas movimentações em relação à liquidação coletiva que vem sendo debatida judicialmente, gera um grande volume de demanda territorial tanto pelas interseções com outras dimensões da reparação que provoca, quanto pelas abordagens de terceiros nos territórios que suscitam dúvidas, sempre trazidas pelas pessoas atingidas aos escritórios regionais e qualificadas pelo escritório de Mitigação. Nesse tocante, foram produzidos vídeos e reportagens de cunho informativo sobre o processo judicial, bem como a continuidade do entendimento face às movimentações e aos comportamentos do judiciário em relação ao tema, contribuindo para a participação informada das pessoas atingidas assessoradas no contexto da liquidação coletiva judicializada.

5.5. ANEXO 1.2

O objetivo do eixo Anexo 1.2, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 9 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas na identificação, no reconhecimento dos meios de obtenção e na organização das documentações necessárias para acesso ao PTR.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas no encaminhamento de demandas, denúncias e reclamações relacionadas ao Anexo 1.2 à FGV e aos Compromitentes e, quando solicitado, intermediar reuniões com os atores envolvidos no processo de reparação.	01/07/2023	30/06/2025	Sim

Fonte: Elaboração própria (2023).

O acompanhamento do processo de implementação do Programa de Transferência de Renda segue sendo uma importante demanda das pessoas atingidas, especialmente na Região 5, onde grande parte das pessoas ainda não conseguem acessar o Programa. Neste trimestre, no que se refere ao apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2 (atividade 18), além de diversas atividades coletivas com as pessoas atingidas, também foram realizados atendimentos presenciais e remotos, para solução de dúvidas e coleta de demandas relacionadas ao PTR. Esse assessoramento compreende a solução de dúvidas pontuais, acolhimentos e atendimentos realizados ao longo do acompanhamento de campos volantes da FGV em território. Por meio desses contatos, a ATI toma conhecimento de muitas situações específicas, com maior nível de detalhamento, de modo que a atividade possibilita a busca de soluções para casos concretos. A intervenção da ATI pode se dar: (i) no nível da escuta, para identificação do problema que inviabiliza o acesso ao PTR e identificação da possível solução; (ii) compreensão, a partir do caso concreto, de eventual documento para comprovação do critério territorial de inclusão no PTR; (iii) orientação acerca do documento a ser buscado e do serviço público de referência; (iv) quando se tratar de casos em que a pessoa não possui quaisquer dos documentos previstos no Manual de Critérios, busca-se identificar situação coletiva similar, a fim de evocar a disposição do item 3.12 do termo de referência para execução da entidade gestora. Também é possível que, diante da identificação de algum erro de análise da instituição gestora para pleitos de inclusão no PTR, as ATIs encaminhem ofícios, mediante assinatura, pela pessoa atingida, de termo de consentimento para compartilhamento de dados pessoais.

Em relação ao apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2 (atividade 19), cabe explicitar que tal apoio pode ser dar: (i) por meio da realização de reuniões em que são discutidos temas como dificuldades de acesso ao PTR e/ou controle social perante a gestora do programa; (ii) por meio do suporte técnico para construção de documentos e envio de demandas, via ofícios, cartas e e-mails; (iii) por meio de documentos técnicos produzidos pela própria ATI, em consonância com as demandas identificadas no território; (iv) por meio de mediação e participação da ATI para reuniões com atores envolvidos no processo de reparação, quando demandada pelas pessoas atingidas. Nesse sentido, é importante ressaltar que desde o início dos trabalhos da Fundação Getulio Vargas (FGV) em campo, houve aumento significativo de

demandas endereçadas pelas pessoas atingidas às equipes do Guaicuy, em especial na Região 5. Somou-se a isso a divulgação de Poligonais no mês de maio com uma série de erros que prejudicam e fragilizam o acesso das pessoas atingidas ao Programa. Diante disso, entre diversas ações, o Guaicuy vem realizando reuniões com comissões e/ou comunidades diretamente impactadas por essa circunstância para discussão de elementos técnicos e saberes populares hábeis a favorecer a luta pela efetiva inclusão no PTR.

Neste trimestre, em relação à atividade 19, além da manifestação realizada pelas pessoas atingidas na sede da FGV em Pompéu e da reunião entre pessoas atingidas e a FGV para discutir problemas referentes ao PTR (ambas descritas na atividade 12 do eixo Organização Social e Comunicação), destaca-se a reunião com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para prosseguir no diálogo acerca da situação das/os pescadoras/es e as dificuldades enfrentadas para acesso ao PTR. Com a mesma temática, foi realizada também uma reunião com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do MPMG, a fim de discutir o panorama relativo a esse grupo e traçar estratégias para a solução desses problemas.

Ainda no que se refere ao apoio técnico às comunidades e comissões da Região 5 no anexo 1.2 (atividade 19), neste trimestre a ATI apoiou o encaminhamento de ofícios e a realização de reuniões sobre a temática, conforme listado a seguir:

- [Ofício 01/2023 da Comissão CAPP](#) com pedido de revisão e correção da Poligonal de Poções/Atoleiro, a qual foi referenciada em localidade diversa daquela em que, de fato, está localizada geograficamente a comunidade;
- Ofício 001/2023 da Comissão da Zona Rural de Abaeté, com solicitação de reconhecimento territorial da comunidade de Veredas para ingresso no PTR;
- [Ofício 024/2023 IG](#) com a solicitação de revisão das Poligonais aprovadas e pedido de resposta quanto a Poligonais pendentes;
- [Ofício Guerreiras 012/2023](#) protocolado fisicamente no ato realizado em 19/08/2023;

- [Ofício 026/2023-IG](#) em que o Instituto Guaicuy convida a Fundação Getúlio Vargas para participar da reunião com o poder público do município de Morada Nova de Minas;
- [Ata da reunião](#) ocorrida entre pessoas atingidas, IJs, FGV e ATIs, em 26/09/2023;
- [Ofício sem número](#) e e-mail sobre inclusão de pescadoras e pescadores de Abaeté Sede e Patos do Abaeté no PTR.

5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O objetivo do eixo Reparação Socioambiental, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 10 – Execução das atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Realizar ciclos de formação para as lideranças das comissões sobre o conteúdo dos planos e os estudos relacionados à reparação socioambiental.	01/09/2023	31/12/2024	Não
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Acompanhar as reuniões da auditoria (Aecom), além de reuniões externas entre comissões e outros atores, como Arcadis, ATIs e Compromitentes, para compartilhamento de informações e esclarecimento das pessoas atingidas.	01/07/2023	30/06/2025	Sim
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Organizar e divulgar para as comissões e outros grupos interessados, a partir de critérios preestabelecidos para o acesso, dados socioambientais e de saúde coletados pelo Instituto Guaicuy. A intenção é facilitar o controle social sobre a execução dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental produzidos pelo Instituto.	01/09/2023	30/06/2025	Sim

Fonte: Elaboração própria (2023).

Com relação ao eixo de Reparação Socioambiental, o desenvolvimento das atividades ocorreu dentro do previsto no Plano de Trabalho, de forma a promover a participação informada das pessoas atingidas nas temáticas pertinentes à reparação socioambiental.

Com relação à formação de lideranças sobre a reparação socioambiental (atividade 20), não houve a realização de atividades específicas na Região 5 no mês de setembro. Todavia, a partir da leitura e análise crítica de diversos documentos técnicos, foram elaborados e gravados os conteúdos para a produção de vídeos a respeito do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba (PRSABP), que têm como principal objetivo divulgar as informações relacionadas ao Plano e apoiar a formação de lideranças populares. A previsão é que os vídeos sejam divulgados para as pessoas atingidas nos próximos trimestres.

Com relação ao acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental (atividade 21), ressalta-se o acompanhamento das reuniões mensais de auditoria da AECOM sobre o PRSABP e os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE). Como parte das atividades de fortalecimento da participação informada e do controle social pelas pessoas atingidas, e com o objetivo de manter um fluxo contínuo de atualizações sobre as medidas e programas de Reparação Socioambiental e sobre os estudos de risco nas Regiões 4 e 5, a equipe vem produzindo boletins informativos regulares que trazem os principais pontos de atenção apresentados durante as reuniões mensais entre a AECOM, Vale, IJs e Compromitentes. Os boletins são publicados no site do Instituto Guaicuy, a [matéria](#) contém o acesso para os boletins dos meses de julho e agosto, o de setembro encontra-se em fase de finalização. Além dos boletins, também foi produzido um exemplar impresso da publicação [Travessia](#), com explicações em linguagem popular dos temas da reparação socioambiental e dos estudos de risco e ainda contendo o acesso (via QR code) para os boletins publicados neste trimestre.

Ainda com relação à atividade 21, na Região 5, destacam-se os acompanhamentos às reuniões realizadas pelo Grupo EPA a respeito do ERSHRE no município de Paineiras: a primeira delas contou com a participação da Secretária

Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Paineiras e AECOM e teve como objetivo fazer devolutivas da fase 1 do Estudo para os funcionários da Secretaria do município; e a segunda - também sobre as devolutivas da fase 1 - foi direcionada às pessoas atingidas das comunidades de Paineiras sede e Poções de Paineiras. Além destas, também cabe destacar a [reunião](#) realizada entre pessoas atingidas dos grupos Paraopeba Participa, Rede de Atingidos da R3 e Guerreiras, com a CIMOS, Caoma, CEATMP, Promotoria de Saúde e representantes das três ATIs, que teve como objetivo cumprir encaminhamentos da reunião junto ao Procurador Dr. Jarbas Soares e tratou de questões sobre a recuperação socioambiental e saúde.

Um considerável número de publicações, relatórios, notas técnicas e informes foi produzido pelas equipes do Guaicuy ao longo da sua trajetória com o objetivo de embasar as devolutivas para pessoas atingidas e munir as Instituições de Justiça (IJs) com informações técnicas sobre os danos e o processo de reparação. No entanto, considera-se que muitas outras avaliações, interpretações e cruzamento de dados podem vir a ser realizados e potencializados mediante um adequado compartilhamento dos dados brutos, já sistematizados pelo Guaicuy. Neste sentido, o compartilhamento de dados primários socioambientais e da saúde (atividade 22) produzidos pelo Guaicuy, mediante critérios preestabelecidos, é entendido como uma importante estratégia para garantir a participação informada pela abordagem técnica e científica no processo de reparação das comunidades atingidas. Dessa forma, neste trimestre, a equipe desenvolveu um plano de ação de organização interna para compartilhamento da base de dados socioambientais e da saúde e constituiu uma frente interna de trabalho para organizar, executar e readequar as ações inicialmente previstas pelo plano proposto. Como produto dessa atividade, prevê-se a realização de um evento para lançamento da base de dados compartilhada com participação de instituições parceiras, pessoas atingidas, entidades gestoras, Compromitentes e instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal. Para tanto, foi enviada uma proposta para obtenção de recursos para subsidiar a realização de um evento híbrido junto ao Programa de Apoio a Publicações e Eventos – PAPE do Conselho Regional de Biologia - 4ª Região. A proposta foi aprovada, com um recurso inferior ao solicitado, e está em processo de revisão e adequação do escopo do evento, que deverá ser realizado ainda em 2023. Além disso, os dados que serão compartilhados estão passando por um processo de organização e

revisão, bem como de avaliação quanto à necessidade de anonimização de dados sensíveis, sobretudo, aqueles que dizem respeito aos dados de saúde das pessoas atingidas.

5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O objetivo do eixo Estrutura Organizacional, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2023:

Quadro 11 – Execução das atividades do eixo Estrutura Organizacional

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
23	Departamento pessoal e recursos humanos	Realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades departamento de pessoal.	01/07/2023	31/12/2025	Sim
24	Gestão financeira e de prestação de contas	Realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos.	01/07/2023	31/12/2025	Sim
25	Assessoria jurídica administrativa	Realizar assessoria jurídica relativa a questões administrativas do Projeto Paraopeba e a impactos indiretos dele ao Instituto.	01/07/2023	31/12/2025	Sim
26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Acompanhar atividades finalísticas, assim como monitorar atividades realizadas com as pessoas atingidas, visando à prestação de contas da execução finalística do Plano de Trabalho do Projeto Paraopeba.	01/07/2023	31/12/2025	Sim
27	Gestão da tecnologias da informação	Gerenciar as tecnologias da informação (TI), aliando as iniciativas tecnológicas com os objetivos estratégicos do Projeto Paraopeba. Realizar planejamento, implementação, monitoramento e manutenção de sistemas, redes, hardwares, softwares e recursos humanos ligados à área de TI.	01/07/2023	31/12/2025	Sim

28	Gestão de projeto	Gerir o Projeto Paraopeba garantindo o cumprimento do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho, planejar e realizar orientações organizacionais, garantir segurança institucional e relacionamento institucional.	01/07/ 2023	31/12/ 2025	Sim
-----------	-------------------	--	----------------	----------------	------------

Fonte: Elaboração própria (2023).

As atividades do eixo de Estrutura Organizacional são entendidas como aquelas que dão as bases jurídica, de sustentação financeira, recursos humanos, suporte tecnológico, prestação de contas e gestão para o projeto da ATI, e a demonstração da execução destas no presente relatório visa à transparência quanto aos gastos e possibilita a compreensão da complexidade do trabalho para viabilizar a execução das atividades finalísticas. É importante destacar que esse é um eixo transversal que pretende garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados esperados, e que todas as atividades foram executadas conforme previsto. Nesse sentido, a seguir serão descritos os principais objetivos e trabalhos realizados entre os meses de julho e setembro, bem como serão apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira.

Ressalta-se que, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, a prestação de contas no presente relatório tem como foco as atividades finalísticas, portanto não estão contempladas as atividades do eixo de Estrutura Organizacional, que são atividades-meio e contínuas. Todavia, além dos resultados organizacionais e financeiros, será apresentado um resumo dos pontos de destaque desse eixo no trimestre.

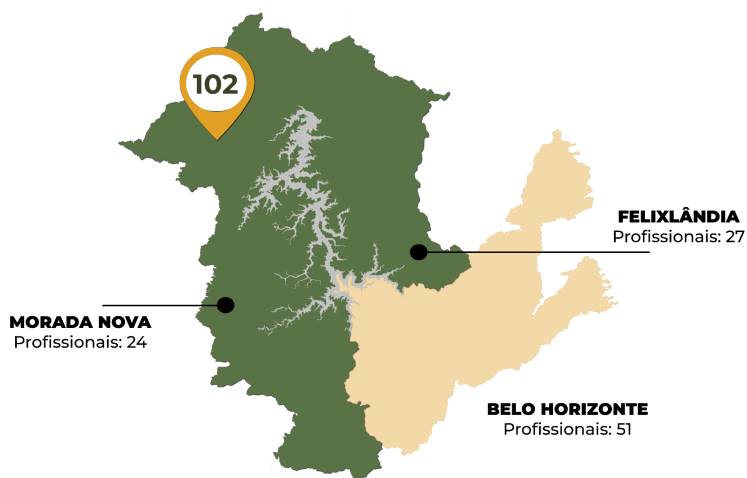
Em relação ao departamento pessoal e recursos humanos, cabe elucidar que seu objetivo é realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades de departamento pessoal por meio do desenvolvimento de ações de planejamento, execução e organização de dados, voltadas para a formação de um corpo de profissionais capacitados e com condições de saúde e trabalho necessárias para a promoção da assessoria técnica às pessoas atingidas.

Desde que ocorreu a assinatura do Termo de Compromisso, em 17 de julho de 2023, o Instituto Guaicuy vem tomando uma série de medidas administrativas para se adequar à nova redistribuição dos recursos financeiros. Uma das medidas adotadas foi a desmobilização imediata de 12 trabalhadoras/es e a realocação de 10 profissionais (somadas as Regiões 4 e 5), visando à readequação das equipes dos escritórios e à manutenção das equipes em campo.

As realocações foram dialogadas a partir da disponibilidade e do interesse de cada profissional, e os processos de desligamentos foram conduzidos pela chefia imediata da/o trabalhadora/or e acompanhados pela equipe do Agep - Supervisão de apoio à gestão de pessoas. Todas as conversas de desligamento foram pautadas pelo respeito e pelo legado deixado pela pessoa para o Instituto Guaicuy.

Em 30 de setembro de 2023 o Instituto Guaicuy contava com 102 profissionais na Região 5. Destes, 98 celetistas e 4 estagiárias/os, que ingressaram na Instituição, em sua maioria, por meio dos processos de seleção pública, conforme editais publicados no portal de transparência. A seguir apresentamos o número de trabalhadoras/es por localidade e por equipe da Região 5 em 30/09/2023.

Figura 1 – Profissionais Ativos - Região 5



Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 2 – Profissionais por equipe - Região 5 (em 30/09/2023)



Fonte: Elaboração própria (2023).

No trimestre foram realizados treze desligamentos e uma transferência para outro projeto, e o valor total despendido com verbas rescisórias no trimestre foi de R\$ 155.945,13 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco reais e treze centavos), conforme figura abaixo.

Figura 3 – Rescisões realizadas no trimestre - Região 5



Fonte: Elaboração própria (2023).

Considerando as necessidades de reposição, devido à rotatividade de pessoal, no período foram admitidos treze profissionais por meio do edital de processo seletivo público. As contratações estão listadas no quadro a seguir.

Quadro 12 – Admissões realizadas no trimestre - Região 5

NOME	ADMISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL
AMANDA GUERRA VALADÃO	03/07/2023	ESTAGIÁRIA/O	ASS. DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS
BRUNA DE CASTRO GAVINO	10/07/2023	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
EDSON DE JESUS GOMES	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
ERNA FONSECA HOLZINGER	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
FRANCIELY COSTA BRAGA DA SILVA	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
GUSTAVO LEITE DE SOUZA	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
KETNNY TATIANI RIBEIRO DE SOUZA	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
MARIA LUISA LELIS MOREIRA	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
RAPHAELA NASCIMENTO DE CARVALHO	17/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
ZILDA MANUELA ONOFRI PATENTE	24/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLÂNDIA
FÁBIO ANDREY PIMENTEL SÃO MATEUS	18/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA
LARYSSA DO NASCIMENTO BARBOSA	18/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA
RAQUEL PEREIRA FARIA	24/07/2023	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA

Fonte: Elaboração própria (2023).

A contratação de profissionais e estagiários/os via CLT e lei do estágio garante o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido com férias no trimestre foi de R\$ 142.689,75 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Figura 4 – Custeio de férias - Região 5



Fonte: Elaboração própria (2023).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização

de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

Em abril de 2020, o Instituto Guaicuy iniciou as atividades como assessoria técnica na Região 5 - demais municípios do Lago UHE Três Marias junto às pessoas atingidas, após o primeiro repasse de recursos. No dia 17 de julho de 2023 foi pactuado um novo Termo de Compromisso que estabeleceu o vínculo entre as Instituições de Justiça, Compromitentes, as Assessorias Técnicas Independentes e o Lataci Research Institute Associação de Pesquisadores (CAMF).

O Termo de Compromisso tem por objetivo a execução de atividades da ATI, para prestar apoio e orientação às pessoas atingidas no processo de reparação do Acordo Judicial pelo prazo de 30 meses, iniciado em 1º de julho de 2023.

O primeiro repasse de recursos foi realizado em 04/08/2023 e os valores de novos depósitos seguirá o cronograma apresentado no plano de trabalho entregue, que pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 5 – Cronograma de repasse de recursos

SEMESTRE	1	2	3	4	5
	2º/2023	1º/2024	2º/2024	1º/2025	2º/2025
REPASSE (R\$)	10.773.462,90	9.225.000,00	4.612.500,00	3.075.000,00	3.075.000,00
PREVISÃO DE DEPÓSITO	Recebido	Dez/2023	Jun/2024	Dez/2024	Jun/2025

Fonte: Elaboração própria (2023).

O presente relatório demonstra a execução das atividades, de julho de 2023 a setembro de 2023, em que foram desembolsados cerca de 4,1 milhões, ou seja, 38,31% do recurso recebido em agosto. Restando um saldo de aproximadamente 6,6 milhões do recurso recebido em agosto para o restante do semestre.

Apresentam-se neste relatório informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários, diante das competências de julho, agosto e setembro de 2023. Cabe, também, mencionar que o saldo disponível em conta no dia 01/07/2023 referente ao plano de trabalho anterior foi incorporado ao orçamento do novo plano de trabalho e está apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Execução financeira Região 5: julho/23 a setembro/23

Subvenções em R\$		Rendimento Líquido de Aplicações	Executado em R\$	Saldo Disponível em 01/10/2023 em R\$
Saldo em 01/07/2023	Repasse Ago/23			
R\$ 1.215.396,49	R\$ 10.773.462,90	R\$109.183,67	R\$ 4.127.477,96	R\$ 7.970.565,10

Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme fixado no termo de compromisso, firmado em 17 de julho de 2023, os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy para o cumprimento do Plano de Trabalho serão mantidos em aplicações remuneradas, conservadoras e de liquidez imediata. Dessa maneira, todo recurso proveniente das aplicações financeiras será revertido para a execução do objeto do Plano de Trabalho.

Assim, apresentamos na figura 6 o detalhamento do rendimento líquido da aplicação.

Figura 6 – Rendimento de aplicações financeiras

Fonte: Elaboração própria (2023).

As informações elencadas na tabela 3 apresentam a movimentação da conta corrente inicial, detalhamento das despesas ocorridas no período, pagamento de salários, encargos, rescisões contratuais, férias e impostos (serviços de terceiros e demais impostos).

Tabela 2 – Extrato de movimentação em conta corrente - Região 5

Mês	Movimentação			Saldo
	Entrada	Saída	Mov.do Mês	
Julho 2023	R\$ 287.243,70	(R\$ 1619.603,07)	(R\$ 1.332.359,37)	R\$ 1.081.677,67
	R\$ 180.000,00	Transferência entre regiões 28/07/2023		
Agosto 2023	R\$ 307.546,82	(R\$ 1.994.872,24)	(R\$-1.507.325,42)	R\$ 10.218.579,82
	Transferência entre regiões - 07/08/20		(R\$ -180.000,00)	
	R\$ 10.773.642,90	Depósito Judicial - 04/08/2023		
Setembro 2023	R\$ 315.715,59	(R\$ -1.603.508,76)	(R\$ -1.287.793,17)	R\$ 8.930.785,65
ACUMULADO	R\$ 11.863.969,01	(R\$ -5.217.984,07)	(R\$ 4.127.477,96)	R\$ 8.930.785,65

Fonte: Elaboração própria (2023).

No trimestre houve um movimento total de R\$ 4.127.477,96 (quatro milhões, cento e vinte sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) e o saldo remanescente total somado aos rendimentos das aplicações e ao saldo em conta na data de 1º de julho de 2023 é de R\$ 8.930.785,65 (oito milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

A seguir apresentamos o detalhamento execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 3 – Execução Financeira Região 5 por Rubrica

	julho/23	agosto/23	setembro/23	TOTAL
1 ALIMENTAÇÃO	R\$ 10.365,35	R\$ 5.387,31	R\$ 6.663,07	R\$ 22.416
2 ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 0,00	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	R\$ 2.280
3 MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0
5 MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 336,00	R\$ 566,00	R\$ 851,74	R\$ 1.754
6 SERVIÇOS	R\$ 86.489,33	R\$ 32.378,78	R\$ 50.368,07	R\$ 169.236
7 ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 374.220,56	R\$ 435.319,60	R\$ 393.797,34	R\$ 1.203.338
8 TRANSPORTE	R\$ 54.648,57	R\$ 63.941,17	R\$ 28.026,29	R\$ 146.616
9 VIAGENS	R\$ 2.610,00	R\$ 6.935,00	R\$ 6.150,00	R\$ 15.695
10 PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 694.317,43	R\$ 793.931,46	R\$ 713.611,05	R\$ 2.201.860
11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - EMPREGADO E PATRONAL	R\$ 109.355,93	R\$ 102.744,06	R\$ 92.961,68	R\$ 305.062
15 COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 0,00	R\$ 63.825,84	-R\$ 4.652,27	R\$ 59.174
18 OUTROS	R\$ 16,2	R\$ 16,20	R\$ 16,20	R\$ 49
19 FUNDO DE RESERVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0
20 FUNDO RESCISÓRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0
CONSOLIDADO	R\$ 1.332.359,37	R\$ 1.507.325,42	R\$ 1.287.793,17	R\$ 4.127.477,96

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os custos relacionados à folha de pagamento e benefícios aos empregados representaram 89,89% da execução total do trimestre. Importante destacar que, conforme apresentado no plano de trabalho, no mês de agosto houve a quitação de

todas as taxas de COFINS que se apresentavam pendentes, o que representou 1,43% dos dispêndios. Os custos com serviços e contratações representaram 4,10% e os custos com transporte e alimentação 4,10%. Os demais custos representam 0,18% do total.

No período, houveram pagamentos de impostos referentes aos serviços de terceiros, INSS, FGTS e PIS, sendo despendido um valor de R\$ 1.564.874,43 (um milhão e quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Foram apresentadas informações referentes aos dispêndios incorridos no trimestre (julho a setembro/2023) na Região 5 – demais municípios do Lago UHE Três Marias.

A prestação de contas financeiras é uma das obrigações estabelecidas no Termo de Compromisso celebrado entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça. Sua finalidade é subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira para comprovação da aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os comprovantes que subsidiam os dispêndios realizados no trimestre, contratos, notas fiscais, relatórios e processos de aquisição de bens e serviços, foram disponibilizados para a auditoria externa.

6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS

Este foi o primeiro relatório trimestral de prestação de contas finalística e financeira baseado no Termo de Compromisso para Assessoria Técnica Independente no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A/Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas Independentes e a CAMF/Lataci. O Termo de Compromisso determinou, além da forma de prestação de contas, a elaboração e entrega de um novo Plano de Trabalho das ATIs com atividades previstas entre julho de 2023 e dezembro de 2025.

Desse modo, foram necessárias a adequação e compatibilização das atividades que estavam em execução enquanto o novo Plano de Trabalho estava em elaboração. O presente relatório procurou demonstrar esse esforço e as oportunidades de aprendizado que foram geradas por este processo.

Ressalta-se, porém, que mais uma vez as atividades de Assessoria Técnica Independente foram desempenhadas em um contexto de atuação em que não havia estreita segurança sobre os acordos estabelecidos. Apesar de o novo Termo de Compromisso representar segurança jurídica e orçamentária para a atuação da ATI (não obstante a redução dos recursos já demonstrada), a realização de atividades com pessoas atingidas e a permanência das atividades destinadas à estrutura organizacional do Instituto Guaicuy enquanto se elaborava o Plano de Trabalho se constituiu em mais um desafio a ser enfrentado.

Mesmo não contando com a segurança proporcionada pela aprovação do Plano de Trabalho enviado às IJs em setembro de 2023, acredita-se que as atividades propostas e desempenhadas no trimestre aderem-se ao contexto de atuação da ATI relacionado ao Acordo Judicial. Essa confiança parte da premissa de que o Plano de Trabalho foi elaborado a partir das determinações e metodologias apresentadas pela Lataci no papel de Coordenação Metodológica, além de etapas de construção, compartilhamento e validação com as pessoas atingidas.

Conforme se depreende das informações apresentadas, o Guaicuy manteve o atendimento amplo às comunidades atingidas. Destaca-se o suporte e

acompanhamento das pessoas atingidas nas pautas do Anexo 1.2, em especial no acesso ao PTR e as atividades mobilizadoras, que promoveram amplo atendimento individual às pessoas atingidas.

Em especial, destaca-se a atuação destinada à consolidação do Sistema de Participação nos territórios, com as reuniões de comissões e o início dos trabalhos visando à construção do Plano de Trabalho após a homologação da Entidade Gestora do Anexo 1.1. Essas atividades, por fim, objetivam o fortalecimento da almejada participação social no processo de reparação, além de proporcionar o cumprimento do que foi definido como eixo prioritário de ação das ATIs no Termo de Compromisso do Acordo Judicial.